

TERRITORIALIDADE E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: AS LUTAS E RESISTÊNCIAS DOS PESCADORES ARTESANAIS DO RJ EM DEFESA DA CULTURA TRADICIONAL, DO TERRITÓRIO E DO MEIO AMBIENTE

TERRITORIALITY AND SOCIAL-ENVIRONMENTAL CONFLICTS: THE FIGHT AND RESISTENCE OF THE ARTISANAL FISHERMAN OF RIO DE JANEIRO IN DEFENSE OF THEIR TRADITIONAL CULTURE, LANDS AND ENVIRONMENT

VERA DE FÁTIMA MACIEL LOPESⁱ, ANDRÉ LUÍS SOARES SMARRAⁱⁱ & CESAR AUGUSTO LOTUFOⁱⁱⁱ

Universidade Estácio de Sá

ⁱverafml@gmail.com, ⁱⁱandre@smarra.com.br, ⁱⁱⁱlotufo@oi.com.br

RESUMO. O presente artigo visa debater os impactos socioambientais nas comunidades pesqueiras do estado do Rio de Janeiro, gerados a partir da instalação de grandes complexos industriais, destacando as lutas e a resistências dos pescadores artesanais frente à degradação ambiental e a perda dos seus territórios. Nos últimos anos, o estado do Rio de Janeiro tem incentivado a instalação de grandes complexos industriais na região costeira. Uma ação que visa resultados satisfatórios para grandes grupos econômicos e para o Estado, mas que ao mesmo tempo, gera sérios impactos ambientais e conflitos com as comunidades tradicionais locais, dentre as quais à dos pescadores artesanais. Do ponto de vista social, no Brasil, as comunidades de pescadores artesanais estão entre as mais desfavorecidas e algumas vivem em condições de vulnerabilidade. Apesar desse cenário, os pescadores lutam para manter as suas atividades, sendo a única alternativa de renda para milhares de famílias que vivem ao longo do litoral e nas regiões ribeirinhas. São vários os fatores que contribuem para o agravamento da crise vivenciada pelos pescadores artesanais: diminuição dos estoques em função do emprego de novas tecnologias e aumento da captura na pesca industrial; crescimento da aquicultura em larga escala; crescimento urbano; desmatamentos; destruição dos manguezais; aumento do lixo urbano e industrial; esgoto despejados nos rios em natura; e recentemente, a ameaça da perda dos territórios em decorrência da instalação de complexos industriais e portuários nos territórios tradicionalmente ocupados pelos pescadores. Vale ressaltar que a pesca enquanto atividade de produção humana possibilita a interligação entre os meios aquáticos e terrestres, sendo que o primeiro comporta os processos de apropriação da natureza e o segundo significa os espaços de moradia dos pescadores e seus familiares, como também, o da realização do pescado enquanto mercadoria. O seu exercício sofre interferência direta das condições climáticas, uma atividade articulada a um espaço tridimensional, terra, água e ar. Apesar das particularidades relativas às várias modalidades de pesca e das especificidades locais e regionais, há uma preocupação crescente entre pescadores artesanais no que se refere à diminuição dos estoques e à perda de seus territórios. Entendemos que os debates sobre territorialidade e conflitos socioambientais, principalmente, quando envolve comunidades tradicionais, passam pela reflexão sobre a convivência e o respeito à diversidade, seja em relação à cultural, meio ambiente, como também, o reconhecimento e aceitação da lógica diferenciada em relação à organização do trabalho e de gestão do território e dos recursos de usos comuns e a universidade tem um papel central nesse processo.

PALAVRAS-CHAVE. TERRITORIALIDADE, CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS, PESCADORES ARTESANAIS, MEIO AMBIENTE.

ABSTRACT. This article aims to discuss the social-environmental impacts on the fishing community inside Rio de Janeiro, that results from the construction of great industrial complexes, highlighting the fight and resistance of the artisanal fisherman towards the environmental degradation and loss of their territory. In the last few years, the state of Rio de Janeiro has encouraged the construction of great industrial complexes in the costal zone. An action that aims satisfactory results at a large economy group and for the state, but at same time, generate serious environmental impacts and conflicts against the traditional local community, including the artisanal fisherman. From a social point of view, in Brazil, the artisanal fisherman community are some of the most disadvantaged, and some of them live in condition of vulnerability. Although, they fight to keep their activities, being the only source of income for thousands of families that live along the coast and riverside region. There are many factors that contribute for the worsening of the crisis experienced by the artisanal fisherman: reduction of the fish stock caused by new technologies and the increase number of industrial fishing; increase in wide-scale agriculture; urban growth; deforestation; mangrove destruction;

increased urban and industrial waste; industrial waste poured in rivers; and recently, the threat of losing territory in result of the construction of large industrial complexes and portuary traditionally occupied by the fisherman. It is worth emphasize that fishing as an activity enables interconnection between water and terrestrial environment, the first being held by the appropriation of nature and the second one, meaning the land of the fisherman and their families as well as the whitefish as goods. The activity suffer direct intervention from weather condition, an activity which is being held by a three-dimensional space, earth, water and air. Despite the particularity related to various modality of fishing and the local and regional distinction there is a real and increasing concern between the artisanal fisherman regarding the decrease of stock and loss of territory. We understand that debates about territoriality and social-environmental conflicts, mainly, when it involves traditional communities, they go through the reflection about coexistence and the diversity respect, cultural related, environmental, as well as the recognition and acceptance of differentiated logic when it comes to work organization, territorial management and common resources. The university has an important role in this process.

KEYWORDS. TERRITORIALITY, SOCIAL-ENVIRONMENTAL CONFLICTS, ARTISANAL FISHERMAN, ENVIRONMENT.

INTRODUÇÃO

A pesca é uma atividade de produção humana que possibilita a interligação entre os meios aquáticos e terrestres, sendo que o primeiro comporta os processos de apropriação da natureza e o segundo significa os espaços de moradia dos pescadores e seus familiares, como também, o da realização do pescado enquanto mercadoria. O seu exercício sofre interferência direta das condições climáticas. Uma atividade articulada a um espaço tridimensional, terra, água e ar (CUNHA, 2001). Ao realizar a atividade pesqueira, os homens cultivam saberes e acabam constituindo uma cultura distinta, dentro de um cotidiano muito peculiar.

A cultura pesqueira como as demais culturas tradicionais, guarda relação com a forma como os homens produzem e dão significado às coisas, materiais e simbólicas, à sua existência. Uma totalidade complexa, que envolve a concretude da produção da vida e a ordem simbólica das regras, valores, linguagem e crença.

Os pescadores artesanais estabelecem, no processo de trabalho, uma relação particular com os elementos da natureza. Esta relação faz parte da construção do seu conhecimento, quanto maior a interação homem-natureza, maiores as possibilidades de sucesso nas pescarias, maior é o vínculo de pertencimento, o que ajuda a caracterizar a sua cultura e identidade.

Há um saber nativo que é repassado entre as gerações, que advém da experiência e define escolhas estratégicas que influenciam diretamente no desenvolvimento da atividade. Os 'pescueiros' (local onde se encontra os peixes), em geral, são definidos por marcas simbólicas, vinculadas à tradição de posse e uso do local, por parte do grupo de pescadores que praticam a pesca artesanal (FURTADO, 2008).

Não há possibilidade de compreensão desse modo de vida, sem o vínculo com o território. O reconhecimento dos direitos das Comunidades Tradicionais sobre seus territórios estão contemplados na convenção 169 da OIT, ratificada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto legislativo 143/2002 e, pela Lei 11.959/29/06/2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. (MONTEIRO, D. & SILVA, K., 2012). No entanto, o reconhecimento legal/formal, não é suficiente para garantir a continuidade da atividade, como também não garante a existência digna das famílias.

Há um contingente significativo de pescadores(as) que vive no limite da subsistência. A

precarização da vida reflete na fragilidade das formas de organização social e política dos pescadores, tornando-os expostos e mais vulneráveis às dinâmicas territoriais, decorrentes das decisões políticas, com externalidades que afetam suas relações grupais e ambientais, seus modos de vida e trabalho (DIEGUES, 1995; FURTADO, 2008).

Marques (2001) reforça que a destruição gradativa da natureza afeta diretamente as relações socioambientais no setor pesqueiro. Segundo ele, a diminuição dos estoques ocorre pela sobrepesca (esforço de pesca para além do suportável, afetando os estoques mínimos), potencializada pelo uso, na pesca industrial, de equipamentos e técnicas cada vez mais sofisticados e predatórios.

Há vários outros de fatores socioambientais que comprometem a sobrevivência dos pescadores artesanais: o avanço da industrialização sobre o território da pesca, dejetos urbano-industrial, privatização recursos hídricos, expansão das atividades turísticas, especulações imobiliárias, crescimento populacional, privatização dos espaços litorâneos, destruição de manguezais, entre outros (CARDOSO, 2003).

O agravamento dos problemas socioambientais comprometem as condições de vida e abala profundamente a identidade do pescador artesanal. É comum ouvirmos relatos do tipo: - “Sou pescador, sou filho e neto de pescador, gosto e tenho orgulho dessa profissão, mas hoje, não quero que meu filho siga esse caminho. Hoje, pescador só pesca - a- dor”. (Pescador da baía da Guanabara, Colônia Z10, Out/2008).

Esse quadro de injustiça socioambiental tem gerado sérios conflitos socioambientais e, os pescadores artesanais, apesar das dificuldades, continuam lutando, buscando alternativas de organização e resistências.

Portanto, é nosso objetivo: evidenciar os impactos socioambientais nas comunidades pesqueiras do estado do Rio de Janeiro, gerados a partir da instalação de grandes complexos industriais, destacando as lutas e resistência dos pescadores artesanais frente à degradação ambiental e a perda dos seus territórios.

Os resultados e análises apresentados foram baseados na pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente (MACIEL LOPES, 2013). Os procedimentos metodológicos envolveram entrevistas com informantes-chave, observação participante, resgate de memória, registros fotográficos, uso de imagens e mapas, além de pesquisas bibliográficas.

Partindo da conceituação de território e conflitos socioambientais, passamos a evidenciar a problemática vivenciada pelos pescadores artesanais do Rio de Janeiro, destacando os conflitos gerados a partir da instalação: do Porto de Açú em São João da Barra/RJ; dos Terminais de Gás da Petrobrás na Baía de Guanabara; as obras da TKCSA na Baía de Sepetiba, e do Porto Sudeste na Ilha da Madeira/Baía de Sepetiba/RJ.

TERRITÓRIO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de coisas superpostas. Segundo Milton Santos (2007), tudo que é considerado essencial no mundo se faz a partir do conhecimento do que é território, “ali, desembocam todas as ações todas as paixões, todos os poderes, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir de manifestações da sua existência” (SANTOS, 2000, p. 12).

Numa concepção de totalidade Milton Santos, aplica o termo “território usado” como sendo “o chão mais a identidade”. A identidade é qualificada como o “sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. Para ele, “o território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2007, p. 13-14).

O território nos revela a estrutura global da sociedade e a complexidade do seu uso. Conforme Haesbaert (1999), “não há território sem algum tipo de identificação e valorização simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes”. Para ele, a identidade social também pode ser definida a partir do território, dentro de uma relação de apropriação concreta objetiva ou subjetiva. O conceito de identidade socioterritorial reforça a ideia de que “não há território sem algum tipo de identificação e valorização simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes” (HAESBAERT, 1999, p. 172). Nesse sentido, o território ganha significado a partir dos grupos sociais e da forma específica de sua ocupação, domínio e controle.

Os pescadores mantêm uma identidade socioterritorial muito específica, a maneira como e organizada e desenvolvida a atividade, guardam traços remanescentes de épocas passadas. Porém, nos últimos anos essa realidade vem sendo transformada rápida e abruptamente.

Para Acselrad (2004), os conflitos socioambientais são desencadeados “quando certas atividades ou instalações afetam a estabilidade de outras formas de ocupação em espaços conexos, sejam estes ambientes residenciais ou de trabalho, mediante impactos indesejáveis transmitidos pelo ar, água ou pelo solo” (ACSERALD, 2004, p. 26).

Os locais com alto índice de pobreza acabam, em alguns casos, sendo transformadas em “zonas de sacrifício”, evidenciando as discriminações, não só do ponto de vista social, mas também ambiental. Há casos em que, comunidades são submetidas a imposições desproporcionais de riscos ambientais, configurando o quadro de racismo ambiental. Entre os fatores que explicariam esta imposição, podem ser destacados: a existência de terras baratas, a falta de oposição da população local por fraqueza organizativa, a falta de recursos políticos e de políticas públicas para as comunidades tradicionais, a falta de mobilidade espacial em razão de discriminação residencial e, por fim, a sub-representação das “minorias” nas agências governamentais responsáveis por decisões de localização dos rejeitos (ACSELRAD, 2002).

Os teóricos alinhados às concepções críticas, destacam a necessidade de se articular “a caracterização das dimensões físico-material com a explicitação das dimensões simbólicas associadas aos modos de representar o “meio”, ambos elementos indissociáveis na explicação das estratégias dos diferentes atores envolvidos conflitos” (ACSELRAD, 2004, p. 9). Pressupõe abertura para o diálogo, democratização dos projetos, das decisões e da gestão dos recursos naturais, assim como do ordenamento do território.

Acselrad (2004) afirma que as *técnicas* pautam os diversos modos de uso do ambiente; as *políticas* configuram as relações de forças sociais; e as dimensões *simbólicas* dizem respeito às representações dos diferentes grupos sociais sobre o ambiente.

O autor ressalta que as empresas e o governo propõem campanhas de modernizações propagando um discurso ecológico, mas que de fato são destinadas a promover ganhos de eficiência e ativar mercados. “Celebra-se o mercado, consagra-se o consenso político e promove-se o progresso técnico”. A tendência é a de considerar o controle e superação dos problemas ambientais, sem

abandonar o padrão de modernização e sem alterar o modo de produção capitalista (ACSELRAD, 2004, p. 23).

PESCADORES ARTESANAIS E COMPLEXOS INDUSTRIAIS NO RIO DE JANEIRO

Nas duas últimas décadas, o cenário de alinhamento político fez com que o Estado do Rio de Janeiro voltasse a ter projeção econômica, tornando-se palco privilegiado para a instalação de grandes empreendimentos e complexos industriais. Muitos dos quais localizados na região litorânea.

Todos os projetos evidenciados afetam, diretamente, a vida das populações locais, principalmente, a dos pescadores artesanais. Os grandes empreendimentos, pela lógica e aparato de poder do grande capital, ao se instalarem nos territórios, além de gerarem impactos ambientais, desmantelam as economias de base social, desarticulam as redes relações sociais/locais, alteram a paisagem, geram processos de sublimação ou apagamento da memória coletiva, provocam mudanças radicais que, em muitos casos, inviabilizam a continuidade do modo de vida tradicional.

A defesa da instalação dos grandes empreendimentos tem sido evidenciada, como uma necessidade, fator essencial ao crescimento econômico, e por consequência, deverá gerar melhorias nas condições de vida das populações.

Não se trata de descaracterizar a necessidade de projetos sustentáveis para a economia nacional, mas de refletir, se de fato, esse crescimento econômico está associado aos fatores de sustentabilidade socioambientais e se de fato, tem beneficiado as populações locais, ou simplesmente, atende aos interesses dos grandes grupos econômicos e das suas representações políticas (NOGUEIRA COSTA, *et al.*, 2011).

O favorecimento às demandas das grandes corporações econômicas permitiu a realização de grandes blocos de investimentos mediante a criação de megaempreendimentos que articulam complexos industriais, agroindustriais, obras de infraestrutura e logística (MENDONÇA *et al.*, 2011). O Rio de Janeiro, desde 2005, passou a incentivar investimentos, tais como: Complexo Industrial-Portuário do Açúcar em São João da Barra, região norte do estado; Complexo Logístico e Industrial Farol Barra do Furado na foz do canal da Flecha que divide os municípios de Campos de Goitacazes e Quissamã, região norte do estado; Complexo Petroquímico (COMPERJ) em Itaboraí; Terminal Flexível para recebimento de Gás Natural Liquefeito (GNL) e Duto de Gás Natural na Baía de Guanabara; Modernização do porto de Itaguaí; Companhia Siderúrgica do Atlântico ThyssenKrupp (TKCSA) no bairro de Santa Cruz, zona oeste do Rio de Janeiro; Porto Sudeste na Ilha da Madeira em Itaguaí; Estaleiro Naval também na Ilha da Madeira em Itaguaí.

O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, lançado pelo governo federal em 2007, propunha um conjunto de políticas econômicas, planejadas para quatro anos e previa investimentos de R\$ 503,9 bilhões em infraestrutura, crédito e financiamento, mudança no marco regulatório da área ambiental, desoneração tributária e medidas fiscais. O estado do Rio de Janeiro capitalizou boa parte desses recursos.

Segundo a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), o Rio vive um excelente momento de sua história. Entre 2008 e 2010, recebeu investimentos públicos e privados superiores a R\$ 107 bilhões. As análises do Relatório de Decisão Rio 2011-2013 são ainda mais otimistas, afirmando que a economia fluminense movimentará em investimentos, recursos públicos

e privados de R\$ 181,4 bilhões nos próximos três anos (FIRJAN, 2012).

Para maior compreensão dos conflitos socioambientais que envolvem os pescadores no estado do Rio de Janeiro, apresentaremos aqui um breve painel destacando os fatos relativos às instalações do Porto do Açu/São João da Barra/RJ; do gasoduto na baía de Guanabara-Magé/RJ e a implantação do Porto Sudeste, Baía de Sepetiba/RJ.

O COMPLEXO PORTUÁRIO DE AÇU (LLX) – SÃO JOÃO DA BARRA/RJ

Localizado no município de São João da Barra, na região do norte do Estado do Rio de Janeiro, o Porto do Açu é um dos maiores investimentos do Brasil em terminais marítimos privados. Ele teve a construção iniciada em outubro de 2007, com área total de 90 km², pela empresa de logística LLX pertencente ao grupo EBX.

O Porto foi projetado com 17 km de píer e profundidade inicial de 21 metros e capacidade para receber navios de grande porte. A previsão é que o Porto movimentará 350 milhões de toneladas por ano entre exportações e importações, com destaque para o petróleo. O projeto inicial foi incluído no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, com investimentos em torno de US\$ 40 bilhões, sendo R\$ 1,3 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Observa-se que, para facilitar o processo de licenciamento foram realizados vários Relatórios de Impactos Ambientais (RIMAs), cada um relacionado à uma área do Complexo Portuário, de forma que os impactos socioambientais apontados eram específicos, desarticulados e não previam os processos e impactos cumulativos do projeto como um todo.

O Ministério Público Federal (MPF) sustenta que essa fragmentação do licenciamento ambiental do empreendimento foi totalmente ilegal. Alega que o empreendimento gera significativa degradação ambiental, atingindo comunidades tradicionais, áreas de Mata Atlântica em estágio primário, áreas de preservações permanentes, além do próprio mar (MACIEL LOPES, 2013).

De acordo com o relatório realizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) com base na análise dos RIMAs:

Na fase de implantação do projeto previa-se a alteração do relevo, com mega escavações no continente e oceano e destruição de ambientes costeiros de dunas e cordões arenosos, risco de aumento da erosão costeira e alteração da sedimentação na praia, supressão de vegetação de restinga, alteração do fluxo subterrâneo com impactos nos ambientes lacustres e hídricos superficiais, alteração na qualidade da água, alteração da qualidade do ar (pela emissão de gases tóxicos e metais pesados ligadas à operação da calderaria), risco de extinção de espécies, forte incremento populacional, com aumento da pressão sobre o ambiente, deslocamentos de famílias e desestabilização da economia agrícola familiar, restrição às atividades de pesca, risco de interferência nos sítios arqueológicos, risco social relacionados às incertezas e expectativas, o que está relacionado à transformação do modo de vida e trabalho das várias famílias impactadas por este empreendimento. (MENDONÇA, *et al.*, 2011, p. 20)

Neste estudo também são apontadas as inúmeras arbitrariedades e incoerências na concessão das licenças ambientais, uma vez que essas foram emitidas por instituições públicas diferentes, em níveis de competência distintos. Incoerências como, a omissão de informações a respeito do

volume de água a ser captado para a realização dos processos industriais, os impactos que essa captação causará e a estratégia na contabilização separada, por unidades do Complexo Portuário, das emissões atmosféricas.

O mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil FIOCRUZ/FASE (PORTO, 2008) evidencia que, desde o início das obras, em 2007, o Complexo Portuário do Açú tem gerado sérios problemas que afetam pescadores e agricultores locais. Os pescadores sofrem restrição de acesso às áreas de pesca em decorrência da construção de um píer para a ligação do terminal de cargas ao continente. Os agricultores familiares foram ameaçados com a iminente expropriação de suas terras. As práticas locais de produção e subsistência foram interrompidas.

A associação de moradores e entidades de defesa dos direitos humanos já manifestou publicamente as arbitrariedades e injustiças que foram cometidas na condução das negociações com as famílias. No caso das áreas desapropriadas pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN), os problemas envolvem a forma de notificação, erros de vistoria, subavaliação e assédio moral. Representante da Associação dos Produtores Rurais e Imóveis (ASPRIM) relata que famílias foram intimidadas por agentes de segurança privada, contratados pela LLX e por integrantes do 8º Batalhão da Polícia Militar de Campos, que rondam seus imóveis a qualquer hora do dia ou da noite sem qualquer propósito justificado.

TERMINAIS DE GÁS/PETROBRAS - BAIA DE GUANABARA - RJ

No município de Magé, os pescadores que pescam na baía de Guanabara, enfrentam as consequências negativas da implantação de dois projetos da Petrobras. O Terminal Flexível de Gás Natural Liquefeito (GNL), que segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP, 2007), consiste na instalação de ponto de atracação - localizado na Baía de Guanabara (Píer de GNL), e de um gasoduto com 16 km de extensão (Gasoduto Píer de GNL - Campos Elíseos), que interligará as facilidades no ponto fixo de atracação ao Anel de Gás Residual da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC).

Desse terminal parte um duto submarino de cerca de 10 km de extensão em direção à Praia de Mauá, no município de Magé-RJ. Ao chegar à praia inicia a parte terrestre do gasoduto com cerca de 5 km de extensão que segue até o Terminal de Campos Elíseos, em Duque de Caxias. Esse projeto objetiva a importação de gás natural liquefeito e sua regaseificação para o atendimento de demandas por gás natural de curto prazo. O valor total dos investimentos para o Terminal Flexível de GNL na Baía de Guanabara, dutos e construções auxiliares somam US\$ 156,9 milhões de dólares (RIMA GNL, 2007).

Há também, o projeto do Terminal Aquaviário da Ilha Comprida, com instalação de dutos de escoamento de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) até a REDUC - Refinaria Duque de Caxias (ANP, 2014). O traçado desses dutos, de aproximadamente 20,5 km de extensão cada, possui um trecho submarino, que tem início no Terminal da Ilha Redonda, percorrendo uma extensão de, aproximadamente, 13,5 km, até chegar à praia de Ipiranga (Bairro Ipiranga), município de Magé, e um trecho terrestre de, aproximadamente, 7 km, que tem início na praia de Ipiranga (Magé) até a REDUC, no Município de Duque de Caxias (MACIEL LOPES, 2013).

Os principais impactos negativos apontados nos Relatórios de impactos Ambientais (RIMAs) dizem respeito às alterações na qualidade da água, às mudanças na fauna marinha, à supressão da

vegetação, à emissão de poluentes, à desapropriação das terras e à criação de zonas de exclusão de pesca. Para a sua construção foi construída uma zona de segurança em torno das ilhas, de forma a evitar acidentes. Proibiram a circulação e permanência de embarcações, que não fosse a serviço das empresas que administram os empreendimentos (MACIEL LOPES, 2013).

Essa medida impediu os pescadores de realizar as suas atividades. Além disso, o intenso tráfego das embarcações afugenta os peixes, destrói as redes e instrumentos de trabalho, tornando a pesca ainda mais difícil.

A falta de preocupação com os impactos socioambientais gerados pelos empreendimentos, juntamente com a omissão referentes às indenizações das famílias, tem gerado constantes atritos entre a comunidade pesqueira e as empresas. Outro grande problema está na truculência das empresas no exercício de segurança das obras.

Desde 2003, os pescadores da baía de Guanabara denunciam a atuação das empresas prestadoras de serviço e a Petrobras. Já realizaram diversas manifestações, barqueatas e ações diretas, tentando chamar a atenção da opinião pública quanto à gravidade do que vem ocorrendo na baía de Guanabara. Também, querem pressionar à Petrobrás a assumir suas responsabilidades e indenizar os prejudicados.

A intensificação do movimento chamou a atenção do Ministério Público, que após fiscalização, chegou a embargar duas vezes a obra. Os pescadores alegam que esse processo, gerou represálias por parte das empresas. O presidente da AHOMAR, Alexandre Anderson, após sofrer várias ameaças de morte e atentados, passou a ser assistido por um Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), criado pelo governo federal. Alexandre perdeu a liberdade, vive sem endereço fixo e longe de seus familiares.

Já foram registrados quatro assassinatos e os pescadores afirmam que estão relacionados às pressões e denúncias contra as empresas. Em várias audiências públicas (na ALERJ, na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro), Alexandre Anderson e, demais pescadores, denunciaram as ações das empresas prestadoras de serviços e Petrobras: por omissão, descaso, desrespeito e assédio moral, ameaças e pelos assassinatos dos pescadores.

Os laudos e inquéritos policiais não confirmam que as mortes, por assassinato, tenham relação com os conflitos dos pescadores contra as empresas. No entanto os quatro que morreram participavam do movimento e estavam envolvidos nas lutas e denúncias dois deles, eram representantes da AHOMAR.

A COMPANHIA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO THYSSENKRUPP (TKCSA) – BAÍA DE SEPETIBA

Na Zona Oeste do Rio de Janeiro está em atividade o Conglomerado industrial-siderúrgico-portuário da Companhia Siderúrgica do Atlântico ThyssenKrupp (TKCSA). Trata-se de um megaempreendimento lançado em 2005. É uma *joint venture* formada pela Vale e pela ThyssenKrupp, projetada para ser a maior siderúrgica da América Latina com capacidade de produção de 10 milhões de toneladas de placas de aço por ano. O projeto conta com amplo apoio dos governos municipal, estadual e federal e recebeu financiamento direto de R\$ 1,48 bilhão do BNDES e isenções fiscais (PACs, 2009).

As polêmicas em relação aos impactos ambientais surgiram já no início das obras, com denúncia sobre o desmatamento de manguezais, que segundo a LEI nº 4.771/65 é considerada Área de Preservação Permanente (APP). A atitude permissiva dos órgãos públicos, principalmente, em relação aos processos de licenciamentos ambientais, foi também alvo de severas críticas.

Em 2011 pesquisadores da ENSP/FIOCRUZ ligados à Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) em análise do RIMA utilizado para o licenciamento da TKCSA observaram uma série de lacunas, principalmente no tocante à perspectiva da saúde pública e da saúde ambiental, entre as quais: (i) a fragmentação da avaliação do empreendimento, ignorando a possibilidade de exposição cumulativa e simultânea da população aos diferentes poluentes; (ii) riscos não devidamente analisados relacionados ao ruído provocado pelo tráfego de trens e caminhões, pelos efluentes líquidos, resíduos sólidos e, principalmente as inúmeras emissões atmosféricas; (iii) instalação de empreendimento poluidor em bacia aérea já saturada e área socioambiental de grande vulnerabilidade (Baía de Sepetiba) com grande vocação turística e para a produção de alimentos (Relatório FIOCRUZ, 2011).

Os estudos sobre o segmento de produção das siderurgias revelam grande número de substâncias tóxicas dentre as quais: poeira mineral, cromo, níquel, benzeno, tolueno, xileno, hidrocarbonetos, ácido sulfúrico, componentes voláteis de piche de carvão, todos potencialmente cancerígenos. No caso da TKCSA, para além dos problemas recorrentes aos processos produtivos das siderurgias, ocorreu um agravante após a ocorrência de acidentes com o alto forno. Em agosto de 2010 ocorreu uma explosão do alto-forno 1 e em dezembro do mesmo ano, ocorreu novo acidente com o alto-forno 2.

Em audiência pública, moradores afirmam que as explosões eram recorrentes. As explosões provocaram a emissão de corpos particulados, que ficou conhecido como “chuva de prata”. O Instituto Estadual do Meio Ambiente (INEA) aplicou multa à empresa e condicionou o funcionamento do alto-forno 2 à uma auditoria, para averiguar as irregularidades e apontar saídas dos problemas (MACIEL LOPES: 2013).

Segundo relatório da FIOCRUZ, o material particulado com diâmetro igual ou menor a 10 µm, também chamado de material particulado inalável, é um poluente que está associada a diferentes problemas de saúde, incluindo problemas respiratórios e aumento da incidência de câncer. Tais problemas são ampliados na presença dos hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPAs), que são produzidos pela combustão incompleta da matéria orgânica presente no carvão e adsorvidos no material particulado. Este tipo de poluição é especialmente problemático, no caso da TKCSA, devido à grande quantidade de material particulado inalável já presente na região antes mesmo deste empreendimento.

Ocorreram também, vários problemas que afetaram diretamente os pescadores. As obras de drenagem para instalação do porto da TKCSA na baía de Sepetiba revolveu o fundo da baía e fez emergir os metais pesados decorrentes de acidentes ambientais da Cia Ingá que já estavam assentados no fundo da mesma, aumentando ainda mais, os riscos de contaminação da fauna marinha. Segundo pescadores, ali era uma região de desova de crustáceos e peixes.

Para a construção do porto particular da TKCSA foram geradas áreas de exclusão e privatizada uma área fundamental de acesso aos pescadores. Para além dessa dificuldade, os pescadores passaram

a enfrentar riscos de acidentes com as embarcações (lanchas rápidas), que atendem a empresa. No período da construção da obra, chegaram a ocorrer dois acidentes, com morte de um pescador.

Segundo a FAPESCA, há cerca de 8mil pescadores artesanais que atuavam na baía de Sepetiba, com uma renda média de 3 salários mínimos mensais, as famílias são compostas, em média, por cinco pessoas, no total são aproximadamente 48 mil pessoas afetadas. Se por um lado os pescadores ficam tolhidos no exercício de suas atividades, por outro, acabam encontrando dificuldade de inserção em outro setor de trabalho devido à falta de experiência e qualificação. Nesse contexto, enfrentam inúmeras dificuldades financeiras.

Algumas lideranças da pesca destacam que, os processos de negociações das medidas compensatórias, com os pescadores não foram transparentes. A empresa realizava reuniões em separado com algumas lideranças. Essa estratégia gerou conflitos entre as Associações de Pescadores, provocou divergências, inimizades e enfraquecimento da organização coletiva.

Ao longo do processo de instalação do empreendimento, ocorreram vários protestos da população local e principalmente dos pescadores: barqueatas, passeatas etc. Em meio aos protestos, uma das lideranças dos pescadores, precisou ser assistida pelo programa de proteção aos defensores dos direitos humanos do governo federal brasileiro. O caso recebeu atenção da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Na zona oeste do Rio de Janeiro, há forte atuação de grupos milicianos, é comum esses grupos atuarem com fachada oficial de “empresa de segurança”, prestando serviços para os empresários e comerciantes locais. Há denúncias de que as ameaças de morte partiam de grupos de milicianos que atuavam na segurança da empresa.

Os protestos e denúncias contra a atuação da empresa foram fortalecidos com apoio de organizações internacionais ligadas aos Movimentos Sociais, como também instituições acadêmicas. A articulação extralocal ajudou a dar maior visibilidade aos fatos que ocorreriam na região de Santa Cruz e na baía de Sepetiba.

PORTO SUDESTE (LLX/MMX) E O ESTALEIRO E BASE NAVAL (ODEBRECHT E MARINHA) NA ILHA DA MADEIRA/ITAGUAÍ/RJ

Em 2010, na Ilha da Madeira bairro de Itaguaí, situado no entorno da Baía de Sepetiba, foi iniciada a construção do Terminal Portuário Privado de Uso Misto, Porto Sudeste, dedicado à movimentação de minério de ferro, pela empresa LLX Operações Portuárias, unidade logística da Mineração e Metálicos S/A (MMX) ambas pertencentes ao Grupo EBX.

O empreendimento recebeu licença para ocupar uma área de, aproximadamente, 100 hectares, com uma estrutura marítima com berços de atracação e a profundidade é de 20 metros. Segundo a LLX, o investimento inicial previsto era de R\$ 2,4 bilhões, a obra recebeu R\$ 1,7 bilhões do BNDES.

A tragédia socioambiental foi avassaladora: gerou sérios impactos nos meios físico, biótico, social. A população local sofreu processo de assédio moral, violência, coerção, destruição, perda do território, mudanças de paisagens. O sentimento dos pescadores e lideranças era de desolação e revolta com as injustiças socioambientais (MACIEL LOPES, 2013).

Nesse mesmo período, também foram iniciadas as obras do Estaleiro e Base Naval para a construção de submarinos convencionais e de propulsão nuclear. Uma *joint-venture*, com 50%

das cotas sob o controle da Odebrecht, 49% da DCNS francesa (grupo francês que atua no setor naval), e 1% da Marinha do Brasil. As áreas envolvidas somam 980 mil metros quadrados, dos quais 750 mil m² na água. O acesso ao conjunto também se dará por um túnel escavado em rocha de 850 metros de comprimento, uma estrada exclusiva de 1,5 quilômetro, e ainda, dois píeres de 150 metros cada, 3 docas secas de 170 metros, das quais, duas serão cobertas. A previsão é de que o primeiro submarino (scorpène) deixe o estaleiro em 2017 (MACIEL LOPES, 2013).

A construção do Porto e do estaleiro transformou o bairro, característico de pescadores, em um enorme canteiro de obras. O acesso ao bairro ficou comprometido: lama, buraco, congestionamento e interdição de pista. As explosões para a abertura dos túneis geraram diversos danos aos moradores: rachaduras nas casas, tremores do solo, mortandade de animais, processos de remoções, entre outros.

A vida dos moradores se transformou num pesadelo. Os impactos negativos das obras foram muitos: variação da qualidade do ar, acumulação de metais pesados na biota, ruídos, vibrações, poeiras, perda de patrimônio paisagístico, alteração no uso e ocupação do solo, alteração do comportamento de mamíferos, incidência de doenças respiratórias, contaminação por alteração da qualidade dos corpos hídricos, riscos de acidentes com embarcações, violência, perda da qualidade de vida, entre outros (MACIEL LOPES, 2013).

Em setembro de 2012, os moradores encaminharam um abaixo assinado ao Ministério Público solicitando que fossem tomadas providências, para suspensão do licenciamento do Porto Sudeste, nada aconteceu. Constatamos que havia muita desinformação e insegurança por parte dos moradores. O poder da empresa ganha concretude e passa a ser superpotencializado, seja pela ostentação e grandeza das obras, dos maquinários e da velocidade em que são realizadas. Outro aspecto remete ao medo da vigilância de estarem falando com alguém “a mando” da empresa interessada em mapear os moradores e suas opiniões; ou ainda, em função da insegurança em relação ao futuro, pensar na continuidade da vida naquele local com a presença das empresas.

CONCLUSÃO

Procuramos evidenciar nesse artigo os problemas e conflitos socioambientais vivenciados pelas comunidades tradicionais, centralmente a pesca, e como os grandes complexos industriais afetam, diretamente, o seu modo de vida.

O discurso desenvolvimentista, que promete grandes melhorias nas localidades onde serão instalados os empreendimentos, oculta, na maioria das vezes, os impactos provocados pelos mesmos. A população acaba por pagar todo o ônus desses projetos, seja direta ou indiretamente, seja por deixar de ter acesso aos recursos, pela privatização como as zonas de exclusão ou pela degradação ambiental.

As comunidades possuem laços com o território, retirando dele o seu sustento e fortalecendo a sua identidade. São famílias tradicionais que dependem da pesca para sobreviver, e que acabam sendo pressionadas e desterritorializadas, pela lógica capitalista. Em muitos casos, se quer recebem qualquer tipo de indenização e não conseguem se encaixar no mercado de trabalho que é aberto por essas empresas.

As pesquisas bibliográficas evidenciaram, que a pesca artesanal apesar de ser uma das principais responsáveis pela contribuição alimentar e pelos postos de trabalho dos moradores das regiões costeiras e ribeirinhas, vive nos limites contraditórios e paradoxais do Capitalismo. A modernização e a ocupação espacial dos grandes agentes econômicos são, segundo o modelo de racionalidade tecnológica, opositores e destruidores dessa economia extrativa e tradicional.

O meio ambiente tem sido o grande prejudicado dessas políticas de crescimento econômico, sem ser levado em consideração, na maioria das vezes, sofre com as emissões de poluentes e as obras que afetam o habitat natural de vários animais.

O Estado, que deveria garantir o bem-estar da população ou, ao menos, analisar melhor os impactos gerados pelos empreendimentos, acaba por tomar medidas altamente permissivas e até financiar esses projetos, visando um crescimento econômico, sem desenvolvimento (planejamento) social.

Embora vários moradores e pescadores locais já estejam engajados na luta contra esses empreendimentos, ainda falta muito apoio de organizações maiores e até mesmo de entidades acadêmicas e demais instituições sociais e governamentais, para garantir uma maior participação, abertura de espaços de negociação em prol de maior eficácia nas ações relativas às políticas socioambientais, garantindo maior justiça às populações afetadas.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. (org.) *Conflitos Ambientais no Brasil*. Relume Dumará, RJ, 2004.
- _____. *Justiça Ambiental e Construção Social do Risco. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - Ouro Preto, MG: nov. de 2002.*
- ACSELRAD, 2002
- Agencia Nacional de Petróleo, disponível em: [http://nxt.anp.gov.br/nxt/gateway.dll/leg/despachos/2007/novembro/desp%201.099%20-%202007.xml?f=templates\\$fn=document-frame.htm\\$3.0\\$q=\\$x=](http://nxt.anp.gov.br/nxt/gateway.dll/leg/despachos/2007/novembro/desp%201.099%20-%202007.xml?f=templates$fn=document-frame.htm$3.0$q=$x=)
- CARDOSO, Eduardo Schiavone. Da apropriação da natureza à construção de Territórios pesqueiros, *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, Nº 14, pp. 119 - 125, 2003.
- CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. *Conhecimento e Práticas Tradicionais. Seminário Paisagem e Cultura Caiçara - [s.l]: NUPAUB, 2001.*
- DIEGUES, C. *Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítimas*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1995.
- FASE/FIOCRUZ. *Mapa de Justiça Ambiental e Saúde no Brasil*, Coordenador Geral. Marcelo Firpo- Rio de Janeiro:Lis ICICT/2006-2010. Disponível em: www.conflictoambiental.icict.fiocruz.br, Acesso em, 2011.
- FIRJAN, *Relatório Decisão Rio Investimentos 2010-2012*, disponível em: <http://www.firjan.org.br>, acesso em: Fev/2013.
- FURTADO, L. G. Reservas Pesqueiras, uma alternativa de subsistência e de preservação ambiental: reflexões a partir de uma proposta de pescadores do Médio Amazonas. In: *Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia* – Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2008.
- HAESBAERT. R. Redes de diásporas. *Cadernos de Departamento de Geografia*. Rio de Janeiro: v. 2, n. 2, p. 9-15, 1999.
- MACIEL LOPES, Vera F. M. *Era uma vez uma Ilha de Pescadores: impactos socioambientais dos grandes complexos industriais, conflitos e resistência (Ilha da Madeira/Itaguaí/RJ)*, Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente –PPGMA/UERJ. 2013.

- MARQUES, J. G. *Pescando Pescadores* - São Paulo: NUPAUB-USP, 2001.
- MENDONÇA, Débora et al., *Relatório dos Impactos Socioambientais do Complexo Industrial Portuário do Açú*, Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, Seção Local Rio-Niterói, Grupo de Trabalho em Assuntos Agrários, AGB, set/2011. Disponível em: http://www.agb.org.br/documentos/Relatorio_dos_Impactos%20socioambientais_do_Complexo_Portuario_do_Acu_AGB_14092011.pdf, acesso em: Set/2012
- MONTEIRO, D. e SILVA, K. *O Direito ante os povos e comunidades tradicionais: uma visão antropológica da Constituição Federal Brasileira* (2012). Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/23667/o-direito-ante-os-povos-e-comunidades-tradicionais-uma-visao-antropologica-da-constituicao-federal-brasileira#ixzz2YB1BcG00>>. Acesso em: 2013.
- NOGUEIRA COSTA, et al., *O Desenvolvimento Brasileiro: Temas Estratégicos*, Rede Desenvolvimentista, UNICAMP, SP, 2011, disponível em: www.unicamp.br, acesso em Jan/2013.
- PACS, Companhia Siderúrgica do Atlântico. *TKCSA: Impactos e Irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro*. - 2ª ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro, nov 2009. Disponível em: <<http://www.pacs.org.br/files/2013/01/CSA.pdf>>.
- RIMA, *Relatório de Impacto Ambiental da Usina Siderúrgica CSA*, disponível em: <http://www.observatoriodopresal.com.br/>, acesso em: Ago/2012
- SANTOS, M. *Território, Territórios ensaio sobre o ordenamento territorial* - 3ª ed. - Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- _____. et al. *O Papel Ativo da Geografia: um manifesto*. XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis, 2000.